
Editorial

De acordo com o IBGE, a Química responde por 11,9% de todo o produto da indústria de transformação brasileira, ou por 15,7%, se lhe forem acrescentados os gêneros de indústrias correlatas, como a farmacêutica, a de perfumaria, a de sabões e de velas, o que equivale a 3,6% do PIB. Nos Estados Unidos esta mesma indústria de transformação é responsável por 1,9% do PIB.

Mesmo com números tão expressivos, que fazem ocupar a primeira posição na formação do produto industrial, a indústria química brasileira (em recente documento da ABIQUIM) diante do processo de globalização da economia, e da abertura comercial apresenta ao governo um conjunto de fatores desfavoráveis que impede a sua inserção competitiva na economia internacional. Estes fatores vão desde a carga tributária excessiva e custos elevados de matérias-primas e insumos, a questões relacionadas com a saúde, segurança e preservação do meio-ambiente.

Significativamente, no documento da ABIQUIM não se observa a intenção da indústria química brasileira em ter a universidade como parceira, de modo que esta contribua em nossa competitividade a nível internacional. A recíproca também é verdadeira: a Universidade, mesmo nesta fase de pré-autonomia, parece pouco disposta a interagir com a indústria.

Entrando no século XXI e com tantos desafios a vencer, é difícil compreender porque a Universidade e a indústria química brasileira estão tão afastadas uma da outra.

Será que com a entrada do Brasil no grupo dos países que se reconhecem a lei da propriedade intelectual (lei de patentes), esta situação se reverterá? Afinal, algumas das pesquisas já feitas nas universidades brasileiras podem levar a produtos passíveis de serem comercializados, tanto no mercado interno, como no externo, mas poucas indústrias parecem ter percebido isso.

Que mecanismos de interação podem ser implementados para reverter este curso aparentemente divergente? Há disposição para o diálogo, nos interlocutores que estão nas posições-chave, e estes reconhecem a necessidade do diálogo?

Existe vontade política das partes envolvidas para alterar a situação? Estas e outras questões têm de ser discutidas em profundidade.

Cada um dos participantes deste cenário pode e deve tomar iniciativas, de discussão e de ação. Não podemos fugir a mais este processo de aprendizagem e construção. Como todos os outros, este também terá aspectos penosos, mas trará muita satisfação.

*Angelo da Cunha Pinto
Fernando Galembeck*

According to the IBGE, the Brazilian national census bureau, chemistry is responsible for 11.9% of the total production of the Brazilian manufacturing industries, or for 15.7% if related industries such as those of pharmaceuticals, perfumes, soaps, and candles are included, which is equivalent to 3.6% of the GNP. In the United States these same manufacturing industries are responsible for 1.9% of the GNP.

Even with such significant numbers placing it at the top in the manufacture of industrial products, the Brazilian chemical industry, in the face of the process of the globalization of the economy and commercial opening, is presented with a set of unfavorable factors which impede its competitive insertion into the international economy (as stated in a recent document from ABIQUIM - the Brazilian Association of the Chemical Industry). These factors range from the excessive taxes and elevated costs of raw materials to questions related to health, security, and environmental protection.

Significantly, the ABIQUIM document does not show any intention on the part of the Brazilian chemical industry to have the University as a partner in a way which contributes to our competitiveness at the international level. The inverse is also true: the University, even in its pre-autonomous phase, seems little interested in interacting with industry.

As we enter into the 21st century and with so many challenges to overcome, it is difficult to understand why the University and the Brazilian chemical industry are so distant from one another. Perhaps with the entrance of Brazil into the group of countries that recognize the law of intellectual property (law of patents) this situation will be reversed. After all, some of the research already done at Brazilian universities may lead to products which may be commercialized in both the internal and the external markets, but few industries seem to have perceived this. What mechanisms of interaction can be implemented to reverse this apparently conflicting trajectory? Do the interlocutors who are in the key positions have an interest in dialogue, and do they recognize the need for dialogue? Is there political will among the parties involved to change this situation? These and other questions must be discussed in depth.

Each of the participants in this scenario can and should take the initiative in both discussion and action. We cannot continue fleeing from this process of learning and construction. Like all processes, this will also have difficult aspects, but will bring with it great satisfaction.

*Angelo da Cunha Pinto
Fernando Galembeck*